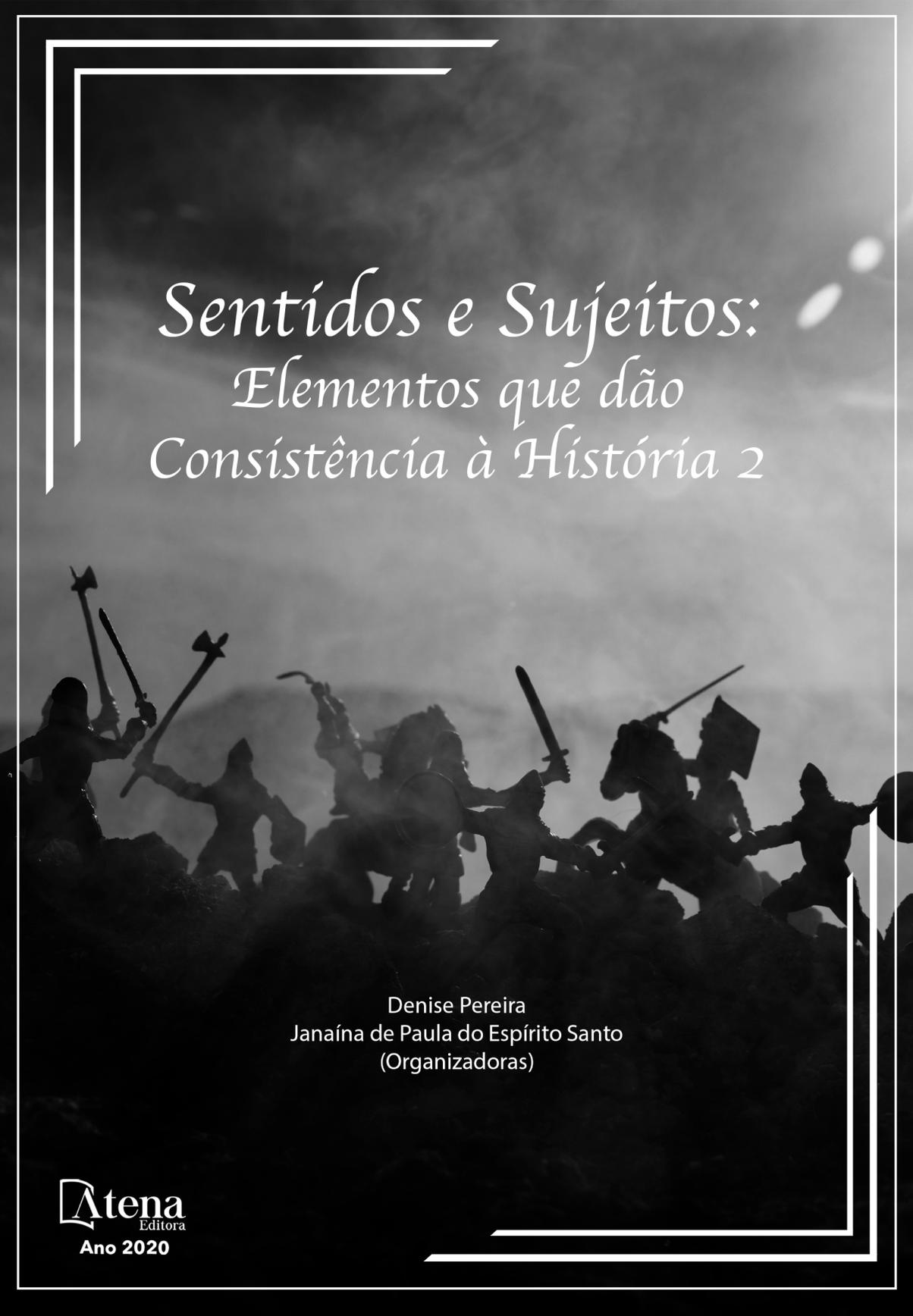


The background of the cover is a dramatic sunset or sunrise over a battlefield. The sky is a mix of orange, yellow, and dark grey, with some lens flare effects. In the foreground, the silhouettes of several medieval warriors are visible. Some are on horseback, while others are on foot. They are holding various weapons like swords, spears, and axes. The overall mood is historical and intense.

*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

The background of the cover is a grayscale image showing the silhouettes of medieval warriors in a battle scene. The warriors are positioned across the lower half of the frame, some on horseback and some on foot. They are holding various weapons such as swords, spears, and axes, and some are holding shields. The scene is set against a bright, hazy sky, creating a dramatic and historical atmosphere. The entire cover is framed by a white border with a decorative corner element in the top-left and bottom-right.

*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Kimberlly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S478 Sentidos e sujeitos: elementos que dão consistência à história 2 / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-650-8

DOI 10.22533/at.ed.508201112

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Espírito Santo, Janaína de Paula do (Organizadora). III. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Conhecer, é estabelecer sentido. O ato de viver, quando ultrapassa a esfera da sobrevivência, é portanto o ato de conhecer e dar sentido ao mundo e as pessoas. Esse conhecimento não é abstrato, visto que o modo com que nos relacionamos com o conhecimento tem um impacto direto no processo de ensino aprendizagem e também no modo como encaramos os espaços de construção do conhecimento como todo. Há, da mesma maneira uma diferença no tratamento que damos à tensão existente entre a informação produzida pela ciência e aquela a que temos acesso cotidianamente, que reside exatamente na conexão que estamos dispostos a reconhecer entre o conhecimento, a informação e a experiência cotidiana dos indivíduos. De maneira geral, essa relação é vista atualmente, como um elemento de embates e resistências, em uma dinâmica própria, que não é sempre harmônica. Essa espécie de tensão é particularmente visível no momento em que vivemos: há uma espécie de conservadorismo que está em crescimento no Brasil atualmente se alimenta dela, e que se coloca, muitas vezes como resistente a ciência de referência e aos consensos científicos reconhecidos. Há uma factualização das informações que passam a fazer sentido para o indivíduo validadas especialmente pela sua própria experiência com o real. Assim, os “espaços de domínio público” do conhecimento vem ganhando cada vez mais dimensão no processo da formação de opiniões, posicionamentos e referenciais das pessoas.

Esse movimento não é um fenômeno apenas nacional, mas se verifica em diferentes partes do globo, o que demonstram a necessidade uma reflexão constante sobre todo esse processo de construção de verdades e sentidos do pensamento humano sobre o mundo. Se o pensamento é construído no espaço de relação entre as pessoas, no reconhecimento e na interação dos indivíduos, esse também é um espaço que deve ser foco de estudos e reflexões. É na relação, no reconhecimento e na exploração da construção de sentido dos grupos humanos e entendimento de que os sujeitos estão a todo momento dando sentido à sua realidade (que portanto, se está contido na maneira em que cada indivíduo constrói sua experiência de mundo e do conhecimento) que a história adquire profundidade, riqueza e forma. É dessa experiência que os saberes históricos constroem seus significados e sua relevância para as pessoas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura
Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“NÃO FORAM OS DEUSES, NEM FOI A MORTE DE DEUS, NÃO FOI O JABÁ DA ACADEMIA QUE MATOU A POESIA”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A JUVENTUDE NA PÓS-MODERNIDADE

Marlon Jose Gavlik Mendes

DOI 10.22533/at.ed.5082011121

CAPÍTULO 2..... 13

A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA MARXIANA NA EMANCIPAÇÃO DA MULHER NO CAMPO DE TRABALHO ANTE A OPRESSÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Renata Reis de Lima

Jenucy Espíndula Brasileiro

DOI 10.22533/at.ed.5082011122

CAPÍTULO 3..... 23

A FAMÍLIA COMO BASE: NACIONALISMO, EXÉRCITO E EDUCAÇÃO

Felipe Varzea Lott de Moraes Costa

DOI 10.22533/at.ed.5082011123

CAPÍTULO 4..... 33

EL FERROCARRIL, PARAJES DE LA HISTORIA EN EL NORTE DE MÉXICO, VILLA PASO DEL NORTE, 1880

Lidia G. Sandoval Rivas

Luis Herrera Terrazas

DOI 10.22533/at.ed.5082011124

CAPÍTULO 5..... 44

A MEMÓRIA AIKEWARA DO TEMPO DA GUERRA E OUTROS TEMPOS NO ARAGUAIA

Nadine Borges

Wilson Madeira Filho

Ana Motta Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.5082011125

CAPÍTULO 6..... 58

A MORADA NORDESTINA: A ARQUITETURA COMO PARTE DA PAISAGEM E INDENTIDADE

Gabriela de Sousa Vieira

Miriam Ferreira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.5082011126

CAPÍTULO 7..... 68

AS MARAVILHAS EM *EMBAIXADA A TAMERLÃO (1406)*

Jorge Luiz Voloski

Sofia Alves Cândido da Silva

Lucas Vieira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.5082011127

CAPÍTULO 8	82
AS MARCAS DA DITADURA NO CONTEXTO SOCIAL DA HISTÓRIA E SUAS SOMBRAS NA CONTEMPORANEIDADE Daniel de Oliveira Perdigão DOI 10.22533/at.ed.5082011128	
CAPÍTULO 9	86
ASPECTOS DA HISTÓRIA CULTURAL E AS CONTRIBUIÇÕES DE ROGER CHARTIER Odair Vieira da Silva DOI 10.22533/at.ed.5082011129	
CAPÍTULO 10	99
ASTRONOMIA CULTURAL: UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE E SOB OS CÉUS DO BRASIL Flavia Pedroza Lima Rundsthen Vasques de Nader DOI 10.22533/at.ed.50820111210	
CAPÍTULO 11	106
BELEZA NAS ALTURAS: AEROMOÇAS E UNIFORMES NA ESTÉTICA DO BEM VESTIR Felipe Bastos Maranezi Natalia Scarabeli Zancanari DOI 10.22533/at.ed.50820111211	
CAPÍTULO 12	116
CAMINHOS DA MODERNIDADE: A AMAZÔNIA SOB OS SIGNOS DE UM TEMPO ACELERADO (1915-1940) Leticia Souto Pantoja DOI 10.22533/at.ed.50820111212	
CAPÍTULO 13	135
CHRISTINE DE PIZAN E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA GUERRA Carmem Lúcia Druciak DOI 10.22533/at.ed.50820111213	
CAPÍTULO 14	146
CIDADE SINOP, MATO GROSSO: NO/PELO DISCURSO DO IMPRESSO JORNAL HOJE, A CONSTRUÇÃO DE UMA TERRA DE PROGRESSO E OPORTUNIDADE Leandro José do Nascimento DOI 10.22533/at.ed.50820111214	
CAPÍTULO 15	159
CINEMA, HISTÓRIA E CRÍTICA: APONTAMENTOS SOBRE ÉLIE FAURE Erivan Cassiano Karvat DOI 10.22533/at.ed.50820111215	

CAPÍTULO 16	171
CONSERVADORES X MODERNISTAS: OS EMBATES ENTRE OS CONCÍLIOS PROTESTANTES ESTADUNIDENSE NO SÉCULO XX	
José Roberto de Souza Paulo Julião da Silva Stefano Alves dos Santos Josielson Lira Matos	
DOI 10.22533/at.ed.50820111216	
CAPÍTULO 17	183
DIALÉTICA CULTURAL ESPIRALADA: <i>CONSTRUCTO</i> PARA AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	
Nicolas Theodoridis	
DOI 10.22533/at.ed.50820111217	
CAPÍTULO 18	194
INFÂNCIAS TRADICIONAIS NEGRAS NA HISTÓRIA BRASILEIRA	
Mariane Oliveira Nunes Valéria Amim	
DOI 10.22533/at.ed.50820111218	
CAPÍTULO 19	203
MOVIMENTO EMANCIPACIONISTA NA DÉCADA DE 1980, MEMÓRIA E IDENTIDADE, A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO NAS VOZES DA COMUNIDADE JAPERIENSE COMO UMA HISTÓRIA PÚBLICA	
Adna Gomes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.50820111219	
CAPÍTULO 20	214
O CÉU DO INDÍGENA BRASILEIRO - UMA ASTRONOMIA CULTURAL	
Marcelo Augusto do Amaral Ferreira Rundsthen Vasques de Nader Luiz Carlos Borges	
DOI 10.22533/at.ed.50820111220	
CAPÍTULO 21	220
O COMÉRCIO E A EVOLUÇÃO ESPACIAL DAS ÁREAS CENTRAIS DAS PEQUENAS CIDADES: O CASO DE PORTALEGRE	
Miguel Castro	
DOI 10.22533/at.ed.50820111221	
CAPÍTULO 22	243
O SOL NASCENTE EM TERRA TUPINAMBÁ: A EXPERIÊNCIA DE IMIGRANTES JAPONESES DO MARANHÃO NA DÉCADA DE 1960	
Hemelita da Silva e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.50820111222	

CAPÍTULO 23	255
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO: ASPECTOS HISTÓRICOS (1980-2008)	
Odair Vieira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.50820111223	
CAPÍTULO 24	268
PLURALISMO NA CIÊNCIA ECONÔMICA OU UM ESTADO TRANSITÓRIO EM DIREÇÃO A UM NOVO <i>MAINSTREAM</i> PÓS-NEOCLÁSSICO?	
Marcelo de Carvalho Azevedo Anache	
Luiz da Costa Laurencel	
Carlos Benevenuto Guisard Koehler	
DOI 10.22533/at.ed.50820111224	
CAPÍTULO 25	277
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E SOCIOCULTURAIS NA FESTA DA SANTA CRUZ PADROEIRA DO MUNICÍPIO DE TAQUARANA-AL	
Ana Cristina de Lima Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.50820111225	
CAPÍTULO 26	284
UNIDOS PELA DEMOCRACIA: AS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO E OS ENREDOS POLÍTICOS NA DÉCADA DE 1980	
Guilherme José Motta Faria	
DOI 10.22533/at.ed.50820111226	
CAPÍTULO 27	299
VISITAÇÕES TUMULARES E SIGNOS DE COMUNICAÇÃO: UMA LEITURA ANTROPOLÓGICA E SENSÍVEL	
Marcia Regina de Oliveira Lupion	
DOI 10.22533/at.ed.50820111227	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	310
ÍNDICE REMISSIVO	311

CAPÍTULO 21

O COMÉRCIO E A EVOLUÇÃO ESPACIAL DAS ÁREAS CENTRAIS DAS PEQUENAS CIDADES: O CASO DE PORTALEGRE

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 24/09/2020

Miguel Castro

Instituto Politécnico de Portalegre. Portugal
Centro de Estudos Geográficos e Planeamento
do Território. Un. Coimbra
ORCID: 000000029219242X
Ciênvia Vitae: F711-A4A9-9D7A

RESUMO: A vida urbana depende do comércio; esta atividade promove contatos e trocas que vão além do simples ato de comprar produtos - é interativa e produz uma relação social mais ampla. Os centros das cidades tem sido objeto de estudo e hoje em dia esta área passa por processos de gentrificação, nobilitação, renovação, reabilitação e animação que procuram devolver a estas áreas o papel de comando económico e de vida social que dá sentido e razão de ser à cidade. Como exemplo, apresentamos a zona central e a dinâmica comercial de uma pequena localidade (Portalegre), como ela se alterou para responder, mais ou menos eficazmente, às transformações mencionadas. Devido à vulgarização do acesso à informação e ao aumento da mobilidade, as populações, direta ou indiretamente, induziram à expansão comercial e à contração da dinâmica espacial do centro histórico desta localidade. Acompanhamos as mudanças cartograficamente, mas também justificamos como os aspetos demográficos e as pressões da sociedade pós-moderna, globalizada e marcadamente ocidental,

se refletem no espaço urbano e como a atividade comercial é o fulcro dessas mudanças.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio, áreas centrais, centros urbanos, Portalegre.

COMMERCE AND SPACE DEVELOPMENTS IN THE CENTRAL AREAS OF SMALL CITIES: THE CASE OF PORTALEGRE

ABSTRACT: Urban life depends on commerce; this activity promotes contacts and exchanges that go beyond the simple act of buying products - it is interactive and produces a broader social relationship. The town center has been the object of study, and nowadays it goes through processes of gentrification, nobilitation, renovation, rehabilitation and animation that seek out to return to these areas the role of economic command and social life that brings meaning and reason for being to the urban center. As an example, we present the central area and its commerce dynamics, in a small town (Portalegre), and how it has been changed, giving more or less effective answers to the transformations mentioned above. Due to widespread access to information and increased mobility, populations, directly or indirectly, induced commercial expansion and contraction of the spatial dynamics of the historical center of this locality. We follow the changes cartographically, but we also justify how the demographic aspects and pressures of postmodern society, globalized and markedly western one are reflected in urban space and how commercial activity is the fulcrum of these changes.

KEYWORDS: Commerce, central areas, urban centers, Portalegre.

1 | INTRODUÇÃO E BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Os meios urbanos são notáveis concretizações do Homem; nestes espaços podem realizar-se as necessidades sociais, políticas, culturais e económicas do ser humano. Porém, sofrem evoluções que vão acompanhando as necessidades que os ritmos de vida vão exigindo. Desta forma, a cidade medieval dificilmente se compara com a da Revolução Industrial, nem esta apresenta a mesma realidade que a cidade moderna ou pós-moderna.

A vivência social, embora diferente de época para época, é sempre potenciada nos centros urbanos; a sua função como polo económico e organizador do território é uma constante. Também questões políticas e de governança fazem da cidade um espaço privilegiado para a sociabilidade, nas suas diferentes formas, o que se reflete na suas distintas configurações. Assim, os governos da cidade vão de encontro às necessidades das suas populações, quer por pressão destes, quer por antecipação das mudanças estruturais que se vão operando no tecido social e económico.

Não sendo o comércio a única função que deu origem aos núcleos urbanos, esteve presente, refletindo a capacidade de um centro organizar um *hinterland*, maior ou menor, conforme a vitalidade que a atividade comercial apresenta. Fortuna refere, utilizando o pensamento de LeGates e Stout (1996), que:

“À medida que enriquecem e se autonomizam perante a aristocracia e o clero, mercadores e comerciantes, residentes na *sub-urbe*, ou seja, literalmente, nas vertentes “abaixo da cidade”, situada estratégica e simbolicamente, no alto do monte, transmitem à esfera urbana um sentido público de uma comunidade construída em redor do comércio e troca de mercadorias. O mercado converte-se no elemento central da vida urbana e as cidades medievais passam a constituir verdadeiros oásis de promessas de liberdade num mundo de obrigações feudais.” (Fortuna, 2001:6)

Ainda sobre este tema Fortuna escreve no parágrafo seguinte:

“O dinamismo daquela classe média, de feição mercantil e comercial, foi responsável não apenas pelas alterações das relações sociais, políticas e económicas da cidade, mas igualmente, como testemunham os trabalhos de Braudel ou Wallerstein, induziu a expansão do capitalismo e, com ele, a preponderância crescente das relações cidade-cidade, em consequência do comércio a longa distância e das relações cidade-campo.” (Fortuna, 2001:6)

Não é a cidade medieval e a sua evolução que nos interessa; porém, aspetos marcantes como as atividades comerciais foram marca do urbano. A partir do fim da segunda Guerra Mundial o fenómeno urbano torna-se evidente à escala global. “Em 1950, 29% da população mundial habitava as áreas urbanas. Em 1965, essa população já era de 36%; em 1990, 50% e até 2025 poderia ser pelo menos de 60%. A taxa anual de crescimento da população urbana no mundo entre 1965 e 1980 foi de 2,6%, mas entre 1980 e 1990 essa taxa foi de 4,5%.” (Rogers *apud* Tickell, 1997: iii)

Na atualidade, a revitalização das cidades e dos seus centros têm vindo a tomar cada vez maior relevo; este interesse parte, em larga medida, da crise que os espaços urbanos têm sofrido, e da conseqüente, fraca qualidade de vida oferecida às suas populações. O centro da cidade, anteriormente o fulcro da sociabilização e refletindo o poder económico da cidade, por contraditório que pareça, vai ser vítima do seu elevado grau de acessibilidade, da vulgarização do transporte particular e da transformação e invasão do comércio e serviços nestes espaços limitados. O seu despovoamento conduziu ao abandono e degradação destes espaços. O interesse pelos centros das cidades e pelos seus problemas sobreveio, ainda que paradoxalmente, do seu abandono, termos humanos e de edificado.

A partir da segunda metade do século XX, devido à pressão exercida sobre o tecido urbano pelo êxodo rural, imigração e industrialização modelo tradicional de cidade se transformou. O desenvolvimento suburbano acentuou-se e incluiu também as atividades comerciais e de lazer, que se adaptaram às novas localizações; concomitantemente, os centros terciarizaram-se e devido à concentração de serviços a alternância de densidades populacionais entre o dia e a noite leva a um decréscimo da segurança, e habitabilidade e degradação da qualidade do ambiente.

Os problemas fundamentais que levaram à situação descrita atrás estão relacionados com pressões gerais relacionadas com a passagem de uma economia de cariz fordista-taylorista, massificada, para a chamada “nova economia”, suportada pelo desenvolvimento rápido dos serviços e relacionada com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação de uma forma globalizada, conseguem satisfazer, cada vez mais, segmentos diferenciados das populações.

A “nova economia” permitindo a expansão da globalização, tanto económica como de estilos de vida – induziu diferentes formas de estar e de sociabilização, às quais os modos de comércio mais moderno conseguem adaptar-se e dar resposta, ao contrário do que se verifica no comércio tradicional, onde, no geral, existe um ambiente de degradação e descoordenação dos seus atores, aparentemente incapazes de dar solução à nova concorrência.

Aquilo que podemos designar como a passagem da cidade moderna para a cidade pós-moderna fez-se à custa de uma modificação dos estilos de vida, massificados, para outros, mais baseados em valores hedonísticos e segmentados que se orientam para um novo “tribalismo urbano”, muito centrado na busca do prazer e do consumo como fim em si mesmo. “

A era do consumo tende a reduzir as diferenças desde sempre instituídas entre os sexos e as gerações e isso em proveito de uma hiperdiferenciação dos comportamentos individuais hoje libertados dos papéis e convenções rígidas.” (Lipovetsky, 1989:101)

De uma cidade zonada e segregada passamos hoje para uma cidade que embora cada vez mais contínua, espacialmente, se apresenta socialmente fragmentada. Como Barata Salgueiro refere relativamente à metrópole moderna:

“Com o aumento da dimensão e complexidade funcional a cidade tornou-se, portanto, metrópole e o espaço urbano foi-se especializando o que deu como resultado a formação de áreas relativamente homogêneas, quer em termos de ocupação funcional, quer pelo nível social dos habitantes, naquilo que Lipietz (1974) chama a divisão tecnoeconómica do espaço, por um lado, e a divisão social do espaço, por outro. A cidade do capitalismo industrial é uma cidade segregada e zonada, polarizada por um centro” (Barata Salgueiro,2001:52).

Mais à frente, relativamente a esta mudança, a autora escreve ainda:

“Nas últimas décadas (*século passado*) assistimos de novo a profundas alterações que conduzem ao aumento das fragmentações do tecido social, bem como da organização espacial. A fragmentação social refere-se ao aumento da diversidade da estrutura social cuja estratificação é hoje mais fina e complexa do que a divisão em classes baseada na posição dos indivíduos relativamente à produção, enquanto a fragmentação espacial respeita aos processos que fazem explodir territórios e constroem a metrópole policêntrica.” (Barata Salgueiro,2001:53)

A cidade policentrada é a cidade da era pós-moderna com princípios de gestão e organização de território diferentes daqueles que regiam as metrópoles modernas. Na cidade atual, a “explosão de territórios” não se compadece com metanarrativas que, não são capazes de responder à diversidade de modos de vida e de consumo. À fragmentação social corresponde a fragmentação espacial e à lógica do centro único opõe-se a cidade policentrada. Desta forma, ao surgimento de vários centros contrapõe-se o centro único, que pelas pressões que sofre vai perdendo importância e influência.

Devido ao ambiente de degradação e insegurança, o centro tradicional das cidades entrou em declínio e os problemas sociais e económicos daí emergentes conduziram a que, a partir da década de 80 e fundamentalmente nos anos 90 do século passado, nascesse um novo interesse pelo centro das cidades e pela sua revitalização. O crescimento urbano em mancha e a suburbanização conduzem a uma situação incomportável a nível de custos económicos e sociais que deterioram a qualidade de vida urbana. Assim, conceitos como “cidade compacta” e 24 hours city” acompanham uma vaga de intervenções nos centros das cidades com o objetivo de devolver qualidade à vida cidadina. Para além da recuperação do edificado, histórico ou não, a revitalização do comércio tradicional do centro das cidades passa a ter um papel fulcral no reanimar destas áreas. Novas formas de gestão e de imagem surgem e vários programas específicos pretendem fazer do centro da cidade, não só o seu coração comercial, mas também locais públicos de lazer, identitários e sinónimos de vida e comunidade urbana.

Atualmente a geografia dos espaços urbanos já não se confina a uma cidade, mas a grandes áreas metropolitanas fortemente interligadas por redes de comunicações e transportes. As ligações afetivas e a pertença aos espaços são mais fluidas, acentuando-se fenómenos de pluripertença e a pluripresença, onde os papéis do indivíduo podem ser diferentes numa mesma jornada diária. A ligação passa a ser a vários espaços ou grupos, a realidades diversas, que exigem do indivíduo pós-moderno a constante busca de uma pertença social que já não depende só do enquadramento espacial, mas de fatores sociais relacionados com a construção de uma identidade simbólica.

O consumo na pós-modernidade dá respostas às novas necessidades de construção do indivíduo. O que se consome, onde se consome e a forma como se consome passam a ser elas mesmas realidades construídas (de certa forma virtuais) que vão para além da satisfação de necessidades ou desejos e se afirmam como uma forma de estar fragmentada, tal como as próprias personalidades, formadas em contextos de pluripresença e pluripertença. Consumir é relacionarmo-nos.

Da parte do comércio, a realidade adotou novos formatos (centros comerciais, hipermercados generalistas ou especializados) e como criou as condições necessárias para a realização do modo de vida pós-moderno e em particular na sua forma de consumir. Criam-se ambientes e realidades, suficientemente diversificados para que cada indivíduo, ou grupo, possa fazer do consumo uma atividade que corresponda à sua própria imagem identitária (quase um *alter ego*), construída num espaço geográfico e social, nem sempre coincidentes e cada vez mais fragmentados. Recorre-se muitas vezes à recriação artificial dos espaços urbanos característicos da cidade moderna, sem os inconvenientes que estes na realidade apresentam. A proteção contra os elementos climáticos, a sensação de segurança, a conservação dos espaços edificados, o ambiente acolhedor e supostamente personalizado, são recriados de várias formas, de acordo com as necessidades de individualização dos consumidores, face ao todo social.

Fragmenta-se o espaço, tornando-o socialmente descontínuo, mas espacialmente conectado, criando novas centralidades, que a partir do fenómeno do consumo integram lazer e trabalho e vão de encontro às diversas imagens sociais das novas tribos urbanas, criando muitas vezes fenómenos de pertença a espaços virtuais. Grandes áreas que combinam consumo, lazer e emprego, localizados em espaços urbanos recuperados ou nobilitados, permitem às populações o enquadramento em realidades de acordo com a variedade de estilos de vida pós-modernos; um exemplo português que se pode referir é a área do Parque das Nações.

A expansão e popularidade dos novos formatos comerciais e das realidades por eles criadas, ou recriadas, levou a que o centro tradicional começasse a aparecer aos olhos dos planeadores e outros atores, produtores de espaço urbano, como áreas problema, às quais seria urgente dar resposta. Mais de que intervir numa área degradada, com problemas sociais, a defesa de património histórico e cultural, bem como a importância destas áreas

para a identificação da cidade com as suas populações e a promoção da própria imagem da cidade a nível regional e mesmo global, gerou um impulso na requalificação e um renovado interesse pelas áreas centrais.

Assim, centrámos a nossa análise a área central de comércio da típica da cidade moderna de pequena ou média dimensão. Embora sem a dimensão dos grandes centros estes núcleos também se fazem sentir pressões que advêm da globalização da economia e das transformações ocorridas no comportamento e tecido social. O comércio retalhista tradicional, com uma forma de venda pouco apelativa parece não conseguir ir ao encontro das novas posturas e necessidades de consumo.

2 | O CASO DE PORTALEGRE

2.1 Breve enquadramento e apresentação

Pertencente ao Alentejo (NUT2), o Concelho e a cidade de Portalegre encontram-se situados no Alto-Alentejo (NUT3). Com uma área de 447,9Km², o Concelho, situado aproximadamente a sudeste do centro geodésico de Portugal, faz fronteira com os concelhos de Marvão e Castelo de Vide, a Norte, a Sul com Monforte e Arronches, a Oeste com Crato e finalmente a Este com a fronteira espanhola.

Portalegre, capital de Distrito, foi desde sempre uma cidade de fronteira, que se estende desde a encosta da serra até ao vale, antigo ponto de passagem e portagem entre Portugal e Espanha. Também teve funções defensivas, como o demonstra o castelo e as (re)construção das muralhas, iniciadas por D. Afonso III, que concedeu a Portalegre o foral de vila em 1259, concluídas por D. Dinis e reconstruídas por D. Fernando.

Por se encontrar numa serra com abundância de água e, simultaneamente, num vale, a cidade medieval constituía um local de concentração de produções agrícolas, em grande quantidade e qualidade. Esta situação, de centralização do desenvolvimento concelhio, acentuou-se após a elevação a cidade, por foral de D. João III, em 1533; no próprio documento, o Rei refere-se a Portalegre como:

“...muito opulenta e notável pela fertilidade dos seus campos, pela multidão, nobreza e afluência do clero e do povo...” (Laranjo Coelho, 1954: 23).

Portalegre aparece, desde as suas origens, como polo aglutinador das atividades rurais e económicas do concelho. Diogo Sotto Maior no *Tratado da Cidade de Portalegre* (1696) diz que:

“Outros dizem que esta cidade foi primeiro situada em duas vendas que estavam por cima de Portellos, junto à ermida de Sam Bertolameu e contra a porta da Deveza, que se chamavam as vendas dos Portellos e que daqui tomou depois o nome de Portalegre, ajuntando a isto um porto que divide a Pena ou Monte de Sam Tomé da Cabeça do Mouro, por onde se vai a

caminho de Marvão e Castelo de Vide, contra o norte; o qual se deixa ver mui claramente do sítio onde estavam estas vendas dos Portellos" (Sotto Maior,1984:46).

Portalegre constitui-se, desta forma, a partir de um porto interior, sem mar ou rio, isto é, um porto seco! O epíteto de alegre provém, ainda segundo Sotto Maior e Frei Amador Arrais, da riqueza natural da sua área envolvente marcada pela serra e pela planície. Esta diversidade permitia a produção de variados produtos que eram centralizados pela, então, vila de Portalegre.

"Cresceu a Vila no seio de uma riqueza arbórea que lhe deu identidade – *alacer* (alegre). Frei Amador Arrais pintara a paisagem com as mais formosas cores, plantas, árvores, suavidade dos ares, ervas, flores, sons, bosques e águas..." uma das melhores da Lusitânia", encómio alto, colocada a atribuição lendária, a sua génese nas mãos das Lisias "residindo nas faldas da fresca e formosa serra de Portalegre, depois de feito o dito forte, nele acabasse a sua vida..."

Não deixa de enaltecer a suavidade dos ares aprazíveis, com flores e cheiros campestres..., "coberta de sombrios soutos, pomares, vinhas, oliveis e de mui altos castanheiros e outras árvores tecidas por obra da natureza..." e com boa madeira." (Patrão,2002:10)

Esta situação, de centralização do desenvolvimento concelhio, acentuou-se após a elevação a cidade, por foral de D. João III, em 1533; no próprio documento, o Rei refere-se a Portalegre como:

"...muito opulenta e notável pela fertilidade dos seus campos, pela multidão, nobreza e afluência do clero e do povo..." (Laranjo Coelho,1954:23).

O desenvolvimento urbano, assente na centralização de produtos provindos de uma economia agrícola, embora importante num contexto ruralizado, numa economia industrial, perde valor. Apesar do impulso industrial ligado ao têxtil, no período Pombalino, a cidade nunca se conseguiu afirmar como centro industrial. Sempre foi um polo de concentração de produtos do mundo rural e de prestação de serviços públicos, em função da sua categoria de cidade, e mais tarde de capital de Distrito.

O crescimento do país, muito litoralizado, relegou o interior raiano ao esquecimento político. Afastado dos centros decisórios nacionais, a cidade viu o seu desenvolvimento parado no tempo, acentuando-se, assim, o seu papel de centro periférico e distante das poucas inovações industriais que foram surgindo no âmbito nacional. A este panorama veio ainda juntar-se o despovoamento que se acentuou a partir da década de 1960, com o desenvolvimento de grandes áreas industriais no litoral, fundamentalmente na península de Setúbal. A população do concelho inicia um êxodo; por um lado, em direção às novas bacias de emprego nacionais; por outro, rumo a uma Europa em crescimento rápido e necessitando de grandes contingentes de mão-de-obra barata e pouco especializada. A

fraca carga demográfica desta área fê-la entrar num ciclo de desinvestimento, em que as poucas unidades fabris e uma agricultura virada para a subsistência (onde o comércio de produtos agrícolas se resumia, praticamente, ao mercado local) não conseguiam nem atrair investimentos capazes de fixar ou chamar população, nem inovar a nível do sector agrícola que se continuava a reger por práticas desadequadas aos contextos de modernização que se verificavam no resto do continente.

No passado recente tem-se verificado um aprofundar do papel da cidade como centro de comércio e serviços no concelho, com uma área de influência que extravasa os limites administrativos. Porém, o desenvolvimento dos meios de comunicação e informação tendem a igualizar os comportamentos e padrões de vida.

Sem massa crítica demográfica, a cidade entrou num ciclo de desinvestimento, em que as poucas unidades fabris e uma agricultura virada para a subsistência (onde o comércio de produtos agrícolas se resumia, praticamente, ao mercado local) não conseguiam atrair investimentos capazes de fixar ou aliciar população, nem pelo menos inovar a nível do sector agrícola.

No passado recente tem-se verificado um aprofundar do papel da cidade como centro de comércio e serviços no concelho, com uma área de influência que extravasa os limites administrativos, embora em termos demográficos tenha vindo a perder sistematicamente população.

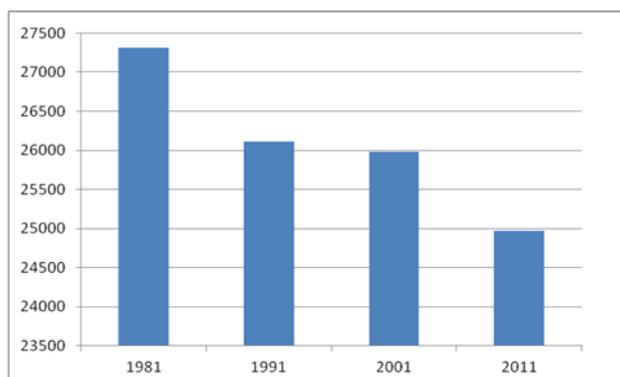


Fig.: 1 - Portalegre - Evolução da população

Fonte – INE Elaboração própria

O elevar da qualidade de vida nacional, essencialmente a partir de 1986 e devido ao estatuto de capital de distrito, a cidade aprofundou a especialização como centro de serviços e educação. Vários equipamentos e serviços públicos fixaram-se em Portalegre: Segurança Social, Hospital Distrital e centros de saúde, tribunal (sede de Comarca), ARS,

Comando Distrital da GNR, Centro de Instrução de Praças da GNR, IEFP, Centro de Formação do IEFP, principais bancos e seguradoras.

Na educação, para além de duas escolas de 2 e 3º Ciclos e duas secundárias, a cidade é sede do Instituto Politécnico de Portalegre, possuindo no perímetro urbano três escolas superiores (Educação, Tecnologia e Gestão e Saúde). A população estudantil constitui um dos grandes trunfos para a vivência urbana. As escolas Superiores possuem perto de 2000 alunos, na sua maioria originários de fora do concelho, e mesmo do distrito, que constituem uma população flutuante importante para o comércio, restauração e outras atividades económicas, algumas delas entrando na economia paralela, como é o exemplo do aluguer de quartos a estudantes.

Com o programa Polis, a cidade não apenas transformou a sua aparência, como adquiriu infraestruturas relevantes para a sua afirmação, tais como o centro de Artes e Espetáculos e a recuperação de algum património arquitetónico, também dedicado ao suporte de eventos culturais.

O comércio e, essencialmente, os serviços são as atividades de maior capacidade de atração. O facto de Portalegre ser capital de Distrito, faz com que nesta localidade se situem serviços administrativos de nível superior (fundamentalmente ligados à máquina administrativa, fiscal e judicial de cada Estado e também a nível de educação e saúde).

A nível comercial, a cidade é também um polo de referência para as populações do concelho e dos concelhos vizinhos mais a norte, bem como para parte dos concelhos a oeste – Castelo de Vide, Marvão, Crato, Alter do Chão, Monforte e Arronches. Para além destas, também as localidades raianas, situadas a norte da área considerada (Valência de Alcântara, San Vicente de Alcântara, Albuquerque e La Codosera) representam uma percentagem importante dos consumidores do comércio de Portalegre.

No entanto, o comércio da área central de Portalegre demonstra uma decadência progressiva e uma falta de aproveitamento das possibilidades quer internas, quer transfronteiriças. O comércio que subsiste continua a ser antiquado, não apelativo e com produtos, na sua generalidade, de qualidade inferior à disponibilizada pelos hipermercados.

Os hipermercados em Portalegre são uma realidade de certa maneira inexplicável face à carga demográfica do concelho, mesmo sendo as populações limítrofes, nacionais e espanholas um suplemento muito importante. Numa área de poucas centenas de metros reúnem-se quase todas as cadeias de distribuição presentes em Portugal: Continente, Intermarché, E. Leclerck, Minipreço, Lidl e Aldi. Estão também presentes as suas sucursais mais especializadas: Worten, SportZone, Modalfa, Maxmat, Bricomarché.

Independentemente do dia ou da hora, estas superfícies comerciais apresentam uma afluência apreciável de consumidores, contrastante com a área central da cidade. Os diretores de loja estão satisfeitos com os resultados e com a falta de concorrência da área central de comércio tradicional.

Assim, os hipermercados funcionam como pontos de encontro e lazer. Ir ao hipermercado representa conviver, ver movimento, fazer compras num ambiente mais moderno e atual e ter acesso a algumas das últimas novidades em livros, CDs ou DVDs. As pessoas param para falar umas com as outras, encontram-se, reencontram-se, comentam as novidades do jornal, 'entopem' corredores com os carrinhos vazios a falar com os conhecidos sobre preços e a crise. Fora este ambiente convivial, apenas os cafés, o cinema aos domingos e segundas-feiras e um espetáculo semanal se apresentam como alternativa de sociabilidade.

2.2 O Centro Tradicional da Cidade e a sua dinâmica

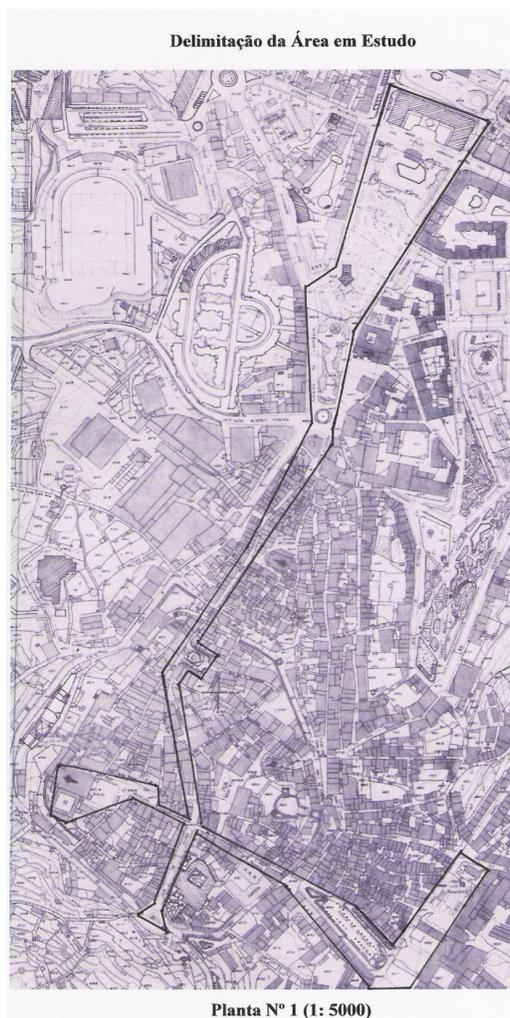


Figura 2 Fonte: Planta Municipal 1:5000 - CMPortalegre
Elaboração própria

A área sobre a qual vai incidir o nosso estudo e análise das dinâmicas do comércio tradicional corresponde “grosso modo” àquilo que comumente, em geografia e para as grandes cidades, se designa por C.B.D., isto é, a área de maior concentração de comércio a retalho, serviços e outras atividades terciárias. O período de tempo considerado é de aproximadamente 100 anos, mais concretamente desde o início da década de 20 do século passado, até à atualidade.

A área de maior concentração de comércio a retalho, serviços e outras atividades terciárias, estende-se da entrada sul da cidade, conhecida pelo nome de Semeador, pela principal artéria comercial, a chamada “Rua Direita” (Esta artéria estende-se ao longo de aproximadamente 530 metros), que não corresponde a uma só, mas sim a três ruas ligadas: *do Comércio, Luís de Camões e 5 de Outubro*. Chegando ao Rossio, deriva depois em duas ruas que delimitam um triângulo, um correspondente à Avenida da Liberdade e Jardim do Tarro, e outra, mais para oeste, a Rua Alexandre Herculano. Na parte sul desenha-se ainda um eixo transversal que se inicia na atual Praça do Município e se prolonga até ao final da praça da República.

Não obstante Portalegre ser a capital de distrito e centralizar funções administrativas de nível superior na região, a vivência comercial foi marcada por uma atividade de proximidade, semelhante aquela que se pode encontrar num meio rural; mesmo o comércio ocasional de artigos mais raros não apresentava qualidade semelhante à que se encontrava nos meios de maior dimensão do litoral. Justificava-se esta característica quer pelo facto da população urbana estar ainda marcado por uma ruralidade remanescente das suas origens e portanto com necessidades de consumo muito restritas e orientada para bens de primeira necessidade. Acresce ainda a cidade constituir o único centro urbano de um *hinterland* relativamente vasto e, como tal, o comércio orientava-se para os tipos de procura que o meio rural buscava.

A indústria, que apresentava um certo crescimento, era um polo de atracção para as populações rurais que afluíam à cidade; no entanto, o tipo de atividade industrial não era tecnologicamente muito evoluído, não necessitando de uma mão-de-obra com grande formação. As duas principais unidades industriais eram a Robinson (fábrica de transformação de cortiça) e a Fábrica de Lanifícios (fundamentalmente dedicada a manufatura de panos de lã). Desta forma, o “êxodo rural” determinado pela indústria da cidade era constituído por campesinato, que transportava modos de vida e de consumo ruralizados para o núcleo urbano, não induzindo por isso modificações significativas no comércio local.

A situação descrita não seria, certamente, exclusiva de Portalegre. Todo o interior continental estava ainda muito marcado por uma forte ruralidade, por um lado fruto de um isolamento não só geográfico como também a nível de acessibilidades, por outro, a nível político, as virtudes de uma nação ligada à terra e com um padrão muito rural (pouco diferente do séc. XIX), onde aspetos como a poupança, a frugalidade e o trabalho físico

eram vistos como virtude, o que induzia as populações a vivências pouco consumistas ou viradas para a vida cidadina.

Desta forma, em Portalegre o comércio traduzia o ambiente social de isolamento do país. A sua área comercial mais densa estava articulada com a área de maior densidade de população. Embora a “rua Direita” já existisse, era na parte sul do núcleo urbano que se verificava a maior concentração de unidades comerciais, bem como o espaço dedicado à realização do mercado semanal – a Praça da República (comummente designada por “corro” devido a realização de largadas e corridas de toiros).

Este tipo de realidade pode ser constatado pela toponímia que ainda se verifica; por exemplo, Rua do Mercado, artéria que conduz à praça da República e onde hoje se podem observar unidades comerciais de pequena dimensão e ligadas ao comércio diário de proximidade, ou ainda Rua da Cooperativa, onde se localizava a cooperativa operária da cidade e que dispunha de uma unidade comercial que fornecia bens de primeira necessidade, não só aos associados, mas também à população local.



Figura 3 - Delimitação aproximada do centro tradicional de Portalegre (1940)

Fonte: Planta Municipal - CMPortalegre. Elaboração própria

Assim, a vivência comercial urbana mais intensa estava centrada na área sul da cidade; porém, a entrada norte da cidade, onde se localiza o Plátano e o atual Rossio, era o palco da realização das feiras anuais (a dos Porcos, das Cebolas e das Cerejas) sendo a ligação a sul feita pela “Rua direita”, tornando-se esta artéria um elo que ainda hoje é o fulcro da vida urbana.

A realidade descrita vai começar a alterar-se a partir do fim da 2ª Guerra Mundial. A expansão da cidade para norte, com novos bairros destinados a uma classe média emergente e a construção de edifícios ligados à administração pública, provoca, por um lado, a decadência do centro localizado entre a Praça do Município e a Praça da República e por outro a consolidação definitiva do eixo constituído pelas ruas do Comércio, 5 de Outubro e Luís de Camões (a “Rua Direita”), como centro de comércio tradicional da cidade.

O norte da cidade vai continuar a sofrer grandes modificações. Numa área praticamente sem ocupação urbana vão ser construídos os prédios da avenida Pio XII (anos 50), a praça Heróis da Índia (1955), o Mercado Novo (1954), o Seminário Maior de Portalegre (1955), o Palácio da Justiça (década de 60), ainda nos anos 60 os edifícios que dão origem ao Bairro do Bonfim; ligando toda esta área de expansão ao Rossio, foi implantado o jardim da Avenida da Liberdade (atualmente conhecido por Jardim do Tarro). Estes edifícios e equipamentos responderam à procura de uma classe média ligada à capacidade de atracção de população, que o desenvolvimento dos serviços e a modernização industrial trouxeram à cidade. Para além das unidades industriais já referidas, que, entretanto, se modernizavam e possuíam maior capacidade de emprego, também novas indústrias se implantaram e desenvolveram – a Adega Cooperativa de Portalegre, a Moagem de Portalegre, a Cooperativa Agrícola (muito ligada à produção de azeite), a Finicisa (detentora da patente Terilene), as Tapeçarias de Portalegre, para além de outras pequenas ou microunidades ligadas às necessidades de consumo das populações urbanas).

No entanto, a localização a norte de novas áreas residenciais não dava condições para a criação de um novo centro de comércio na cidade. Era uma época em que o paradigma do planeamento urbano advinha dos princípios da “Carta de Atenas”, onde o zonamento das cidades era visto como a opção correta para uma maior qualidade de vida das populações. Este tipo de planeamento, definindo e segregando áreas dentro do tecido urbano, não criava condições, em cidades de pequena dimensão, para o aparecimento de centros de comércio alternativos. Desta forma, no caso concreto da cidade de Portalegre, consolidou-se a artéria principal da cidade, como centro único do chamado comércio tradicional, entrando em declínio o centro mais antigo, que já não podia responder às necessidades da vida moderna; este facto é bem visível no decréscimo de população na freguesia da Sé, a sul, (à qual corresponde o local original de assentamento) e no aumento da freguesia de São Lourenço, a norte (no período de 1960 a 1975).

O centro de comércio tradicional fica, assim, confinado à rua direita. No entanto, o comércio existente pauta-se por uma relativa apatia, de acordo com a interioridade da região; um desenvolvimento industrial do litoral, fundamentalmente a península de Setúbal e a área da grande Lisboa, correspondia no interior a um forte abandono pelo poder político central a nível de acessibilidades, investimento produtivo e autonomia autárquica. Como exemplo desta situação, já em 1957, escrevia Marcello Caetano sobre a descentralização territorial: “a entrega de numerosas e complexas atribuições às autarquias locais requereria, a par de avultados recursos financeiros e de serviços técnicos bem montados, a existência de um escol dirigente capaz de orientar sob todos os aspetos a administração autárquica: ora a verdade é que nas localidades de província sente-se cada vez mais a tendência dos elementos de maior valia para se deslocarem para as grandes cidades; os valores que ficam são funcionários públicos, já que a antiga nobreza decaiu ou desapareceu e os grandes proprietários rurais lutam com dificuldades económicas impeditivas de um esforço absorvente e desinteressado na gestão administrativa local” (Gonçalves *apud* Caetano – 1986:12).



Figura 4 - Delimitação aproximada do centro tradicional de Portalegre (1980/90)

Fonte: Planta Municipal - CMPortalegre. Elaboração própria

A interioridade e a fraca condição económica nacional provocaram um despovoamento, quer em direção ao litoral (península de Setúbal), quer para a Europa, levando a um ciclo de desinvestimento; não se investia por não existir população e mão-de-obra suficientes para compensar o capital investido e não existindo condições de fixação de população, esta abandonava a cidade. Este ciclo provocou, também no comércio, uma inércia e acomodação dos comerciantes a um limiar de inovação praticamente nulo.

A necessidade de modernizar a atividade comercial provém, na maior parte dos casos, de uma necessidade da oferta ir de encontro aos seus potenciais clientes, alargando o leque, ou de pressões induzidas pela procura que estando a par de inovações e apresentando novas necessidades, “força” uma alteração nos produtos disponíveis e nas formas de venda. No interior, e no caso particular de Portalegre, o contacto com novas formas de comércio e as necessidades apresentadas pela procura eram relativamente modestas; as facilidades de mobilidade e de acesso à informação estavam ainda num estágio bastante rudimentar e confinadas às classes médias e mais favorecidas e estas recorriam a Lisboa ou a Espanha (Badajoz) para adquirir os bens ocasionais e mais raros, socorrendo-se do comércio local para bens mais vulgares e de uso corrente.

A partir da década de 80, o país inicia a sua modernização e as ondas desse desenvolvimento atingem também o interior. No caso da cidade de Portalegre, vai usufruir de uma melhoria nos acessos, particularmente em direção à capital, mas também ao sul e ao interior norte (IP2). A sociedade de informação facilita o acesso ao conhecimento e fundamentalmente os Mass Media, tendem a equalizar os modos de vida e conseqüentemente as necessidades de consumo, não obstante uma cada vez maior “desmassificação” da oferta.

Concomitantemente a esta conjuntura que enquadra o país, a cidade vai sofrer alterações a vários níveis. Demograficamente verifica-se um aumento de cerca de 3685 habitantes (1970-81), provocado fundamentalmente pela chegada dos “retornados” das ex-colónias, bem como pelo desenvolvimento dos serviços e da indústria que provocam a atracção de populações vindas da área do concelho e dos concelhos limítrofes. A distribuição desta população dentro do perímetro urbano é desigual; a criação do bairro dos Assentos e a expansão do Bairro do Atalaião, ambos na freguesia da Sé, levam a um significativo aumento dos seus habitantes; porém, o fundamental desta população é constituído por classes relativamente desfavorecidas, com baixo índice de formação e como tal com capacidades e hábitos de consumo relativamente modestos que, por si só, não causam pressão sobre o comércio tradicional com vista a uma modernização. No extremo oposto da cidade, na freguesia de São Lourenço, também se vai verificar um aumento populacional, se bem que mais pequeno; no entanto, esta população é caracterizada por quadros médios e altos, profissionais liberais, professores, médicos, enfermeiros, etc, isto é, classe média ou média alta. Com maior acesso à informação, facilidade de mobilidade e de contacto com outras realidades distintas e mais complexas e essencialmente com maior capacidade

de consumo, vão começar a induzir (ou “exigir”), dos atores relacionados com o comércio tradicional, uma transformação na forma de dar resposta às novas procuras.

Simultaneamente, também a nível do ensino, ocorre uma alteração significativa – a criação do Instituto Politécnico de Portalegre (1985). Com a criação deste instituto, que arrancou no início com a Escola Superior de Educação, mas que rapidamente criou a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, a Escola Superior Agrária e integrou a Escola Superior de Enfermagem de Portalegre, novas populações com hábitos e apetência para o consumo invadiram o espaço urbano de Portalegre. Atualmente, o Instituto Politécnico acolhe cerca de 1500 alunos, sendo a maior parte proveniente de fora da cidade. Esta nova população, se bem que flutuante, mudou a vivência urbana; numa cidade de cerca de 1500 residentes, durante o período escolar a população aumenta entre 15 a 20%. Só por si este facto já é de grande importância em termos de gestão do espaço urbano, mas as características desta população podem, quanto a nós, provocar pressões muito significativas a nível do comércio tradicional.

A população estudantil, de nível superior, possui características muito viradas para o consumo de produtos e serviços em que o comércio tradicional pode ter um papel relevante. Com alguma capacidade económica e com forte abertura a um consumo virado para aspetos sensíveis que advêm da publicidade mediática, esta população induz a oferta a investir nos seus gostos e necessidades. A propensão e disponibilidade para o consumo destes clientes potenciais fazem com que seja compensatório o investimento na atualização e desenvolvimento do comércio tradicional, tornando-o mais atrativo para este público-alvo.

A nível de comércio também se verificaram alterações; a abertura de dois hipermercados, com localizações periféricas (se bem que dentro do perímetro urbano) e dois centros comerciais (embora apenas um com sucesso visível) localizados na freguesia de São Lourenço: um no topo norte do jardim da Avenida da Liberdade e outro no final da avenida Alexandre Herculano, bem localizados face à área ocupada pelas classes média e média alta, facilitando o acesso das populações a um tipo de bens e formas de consumo às quais não estavam habituadas.

Em termos espaciais a área dedicada ao comércio tradicional inicia uma expansão rumo a norte, em dois braços que se dirigem aos dois centros comerciais e à localização das populações com maior capacidade económica e apetência para o consumo. Para além desta aproximação aos clientes aqui residentes, também a localização das escolas secundárias e do 3º Ciclo constituem um fator de expansão, uma vez que os estudantes são igualmente um grupo de clientes potenciais com apetência para o consumo de algumas atividades comerciais e de lazer. Porém, a “Rua Direita” mantém o seu papel de centro de comércio tradicional e a localização da Escola Superior de Educação na Praça da República (entretanto recuperada para uma vivência social, não só estudantil, mas também urbana num sentido mais lato), revitaliza o antigo centro comercial da cidade que tinha perdido a sua importância com a migração das populações para a parte nova. Assim, temos um

centro de comércio tradicional que se estende como uma espinha dorsal ao longo do tecido urbano e que é, de facto, o coração e a imagem da cidade.

Concomitantemente e a complementar e impulsionar estas transformações, o facto do Programa Polis de Portalegre ter sido implementado a partir de 2002, vai sustentar e alavancar uma nova interpretação da cidade e do seu centro tradicional.

As intervenções Polis para além da recuperação de património e a reorganização do trânsito criaram, em termos de espaços públicos, duas grandes áreas: uma a norte, ligando os dois grandes jardins da cidade por uma área pedonal de ligação e outra, mais a sudoeste, que vai ligar duas praças de estar e passagem.

Relativamente à primeira área, a norte, a Câmara adquiriu um edifício histórico (antiga Fábrica Real das Manufacturas de Portalegre - Pombalina) que se situa mais ou menos entre os dois jardins e uma das mais movimentadas entradas da cidade. Ficando o acesso dos fluxos automóveis a este espaço cortados, pretende-se tornar esta área numa zona de terciário superior e simultaneamente num espaço de lazer, passagem e de estar, que a autarquia pretende dinamizar, sobretudo à custa da promoção e realização de eventos culturais que liguem os cidadãos ao espaço e promovam uma cultura de vivência e usufruto destes espaços públicos. A nobilitação deste espaço, a norte da principal área comercial da cidade, potencia o número de clientes do comércio tradicional. Se este conseguir responder às procuras das populações, esta intervenção pode ser considerada uma forte mais-valia face à concorrência das grandes superfícies.

Na área mais a sudoeste, a intervenção nas praças e a ligação pedonal entre ambas constitui uma tentativa de nobilitação de uma parte da cidade que já revela um forte dinamismo a nível de vivência, fundamentalmente devido aos alunos da Escola Superior de Educação e à concentração de museus que cercam esse espaço. Deste modo estas duas praças – a Praça de República e a atual Praça do Município – limitam um espaço onde se situam um vasto património histórico (a Sé Catedral, alguns palácios setecentistas e uma das antigas portas da cidade, a Porta de Alegrete) e cultural (Museu da Cidade, Casa Museu José Régio, futuro Centro de Artes e Espetáculos, Convento de São Francisco, sede da Companhia de Teatro de Portalegre – O Semeador, a biblioteca municipal, Escola Superior de Educação, futura Escola de Hotelaria e Turismo e Museu, proveniente do legado da Fábrica Robinson e ainda, um pouco mais distante, mas suficientemente perto, o Museu das Tapeçarias de Portalegre). Para além deste património ainda podemos acrescentar que alguns serviços públicos se encontram nesta área, como o Governo Civil, a Polícia de Segurança Pública, a Junta de Freguesia da Sé e a Caixa Geral de Depósitos. Todas estas atividades conferem a estes espaços públicos uma centralidade de nível superior e enquadram o final da área sul do centro histórico da cidade. Neste espaço existem ainda várias unidades de comércio e serviços relativamente raros para uma cidade pequena, como Portalegre, que lhe conferem uma boa atratividade turística e das populações autóctones. Estes espaços têm sido dinamizados pela autarquia com a realização de eventos culturais,

mais ou menos duradouros, como teatros de rua, feiras do livro, concertos e manifestações desportivas. Portalegre ficará, assim, dotada de espaços públicos de qualidade, que poderão desenvolver a ligação das populações à cidade, fomentar a participação cívica e tornar-se polos de alguma atratividade regional e turística, com repercussões evidentes no tecido comercial. Sendo estas infraestruturas orientadas para sectores de população e mercado bastante específicos e com maior poder de compra, deverão os comerciantes corresponder a estas procuras e com isto potenciar os seus negócios. O tipo de populações que poderá ser atraído procura produtos menos estandardizados, sendo esta uma resposta aos hipermercados que são vistos pelos comerciantes como a sua principal ameaça.



Figura 5 - Delimitação aproximada do centro tradicional de Portalegre (1980/90)

Fonte: Planta Municipal - CMPortalegre. Elaboração própria

Paralelamente às intervenções Polis, a Autarquia iniciou uma série de obras ao redor do centro histórico, fundamentalmente parques de estacionamento e acessos pedonais à área, que promovem uma maior mobilidade pedestre e acessibilidade automóvel e que vão constituir, igualmente, uma mais-valia para o comércio do centro.

2.3 O Cento de Comércio Tradicional na atualidade

O centro de comércio tradicional a que nos referimos é o espaço constituído pelas três ruas – Comércio, Luís de Camões, 5 de Outubro- ou seja a “Rua Direita” que não sendo direita, existe em quase todas as cidades que surgiram na era medieval. Esta rua, ao longo de aproximadamente 530 metros, possui 117 espaços comerciais, 29 dos quais (24,8%) estão fechados e 88 abertos; 9 são *franchising* de moda e vestuário, na maioria de baixo status. O que melhor subsiste são as lojas de marcas franchisadas e as (uma papelaria/livraria e outra de produtos regionais e de proximidade) que apresentam produtos claramente diferenciados dos oferecidos pelos hipermercados.

O restante comércio é de fraca qualidade e não é compatível com as preferências dos consumidores, que apresentam um comportamento similar ao padrão, cada vez mais próximo de uma atitude pós-moderna. Mesmo em relação ao *franchising*, a exiguidade da procura urbana e a proximidade com Badajoz (onde existe mais variedade de marcas e de status mais elevado) leva a que subsistam nos limites do economicamente viável.

A variedade e estrutura de consumo desta rua apresentam-se no quadro seguinte (58), onde se nota a pulverização e a fraca representação de quase todos os ramos, à exceção da moda.

Ramo de atividade	Nº de Estabelecimentos	Ramo de atividade	Nº de Estabelecimentos
Sede Política	1	Seguradoras	2
Banco	4	Produtos ortopédicos	1
Eletrrodomésticos	3	Padarias	1
Vestuário/pronto a vestir	21	Fotografia	1
Vestuário infantil	5	Acústica	1
Vestuário e acessórios	2	Decoração	2
Florista	1	Clube Desportivo	1
<i>Fast-Food</i>	1	Ass. Comercial	1
Sapataria	7	Informática	1
Loja de Conveniência	1	Retrosaria	1
Cosmética/perfumaria	3	Bazar	1
Cabeleireiro	1	Mercearia/Produtos regionais	1
Ótica	2	<i>Piercing e tatuagens</i>	1
Papelaria/livraria	2	Limpeza a seco	1
Ourivesaria/relojoaria	3	Decoração	1

Artigos para o lar	5	Reparação de eletrodomésticos	1
Farmácia	2	Café/pastelaria	4
Ervanárias	1	Quiosque	1
Galeria Comercial	1	Espaços vagos	29

Fig.: 6 – Quadro com a Estrutura Comercial da “Rua Direita”

Elaboração própria

As lojas mais tradicionais e antigas dedicam-se a vários ramos, desde a florista até ao vestuário e papelarias, passando por lojas de comércio de proximidade, como é o caso das padarias. Estes estabelecimentos funcionam de forma tradicional, sem autosserviço; os produtos não estão acessíveis aos clientes, apresentando sortidos pouco variados e de fraca qualidade e os preços não são competitivos com os praticados pelas grandes superfícies. Estas lojas revelam uma fraca capacidade de inovação e de subsistência, permanecendo de portas abertas por inércia e pelo facto dos seus empresários terem idades avançadas, pelo que o grau de reconversão profissional é difícil, para além de estarem inseridos num concelho onde a oferta de emprego é diminuta.

Por parte dos comerciantes também não existe uma cultura de associação, inovação ou comportamento que permita uma resposta à concorrência dos vários hipermercados. Segundo a Associação Comercial, os projetos mais arrojados são a implantação de *outdoors* de informação e plantas de localização. Não existem ações de divulgação ou animação para atrair a procura, nem a nível nacional nem transfronteiriça. Os horários são inadequados e os comerciantes não mostram, devido à estrutura familiar dos estabelecimentos, capacidade de responder às necessidades dos potenciais consumidores. A falta de capacidade de organização e associação, e a postura individualista é de tal forma prevalente, que a Associação Comercial e Industrial de Portalegre e Elvas está sem direção há mais de ano e meio. A Presidente (Vice-Presidente da antiga Direção) está em gestão e não existem listas de candidatos. As queixas são dirigidas aos hipermercados, à autarquia e às desavenças entre os proprietários dos estabelecimentos.

A segunda realidade do comércio em Portalegre é dada pelas grandes superfícies. Sem concorrência regional, mesmo a nível transfronteiriço, relativamente às localidades espanholas que se situam na parte norte desta área estudada, estas unidades veem a sua atividade assegurada pela procura de praticamente todo o distrito, bem como das populações espanholas que particularmente ao fim-de-semana, são uma presença muito significativa. Sem quantificar, os gerentes das lojas revelam que a procura espanhola, não sendo determinante para a viabilidade das unidades, é uma mais-valia muito significativa. No entanto, mesmo sabendo deste mercado transfronteiriço, bastante apetecível, não se promovem junto das localidades; nem mesmo na feira mensal de Portalegre, onde

a presença de espanhóis é extremamente expressiva. Uma das justificações destes comerciantes e gerentes para não aplicar ao mercado espanhol os mesmos benefícios que ao mercado português são a distância e passagem da fronteira, o que parece pouco sustentável, uma vez que já não existe controlo alfandegário.

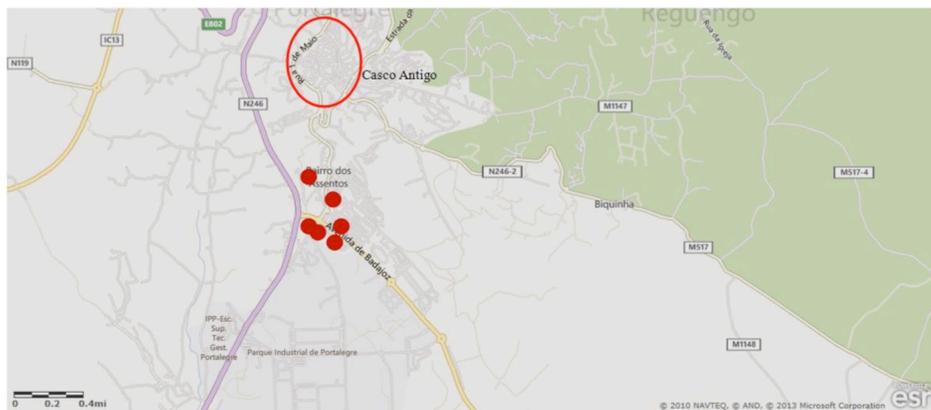


Fig.: 7 - Localização das grandes superfícies - Portalegre

Elaboração própria

3 I NOTAS FINAIS

De uma forma global, podemos tirar algumas conclusões sobre a forma como ocorreu a evolução espacial da área de comércio e serviços da cidade de Portalegre. Este espaço sofreu modificações na sua localização, expandindo-se, contraindo-se ou consolidando espaços tradicionalmente dedicados a estas actividades. No caso em estudo, verifica-se que a expansão recente do C.B.D. e fundamentalmente das actividades ligadas ao comércio tradicional, restauração e lazer, têm tido a sua expansão em direcção às localizações preferidas pelas classes sociais mais consumistas (média e média alta) e aos estabelecimentos de ensino secundário.

Nos últimos 10 a 15 anos constata-se, por observação, que os actores responsáveis pelo comércio tradicional, públicos e privados têm autonomamente tentado dar resposta às solicitações da procura, tanto a nível de modernização dos estabelecimentos e da sua apresentação, como também no tipo e leque de produtos disponíveis. Assim, verificamos um aumento substancial do número de estabelecimentos de marcas internacionais ou nacionais, por sistema de franchising, bem como uma actualização das unidades comerciais relativamente ao sistema de vendas, apresentação e qualidade dos produtos.

Enquanto nas décadas de 60 e 70 as actividades ligadas ao comércio tradicional pareciam condenadas ao marasmo e à estagnação, a partir de meados da década de 80 ocorrem transformações providas tanto da oferta como da procura.

Do lado da oferta, constata-se dois movimentos que não parecem coordenados; por um lado, por parte dos actores públicos, fundamentalmente a autarquia, assiste-se a iniciativas que dão resposta a algumas necessidades sentidas pelo comércio tradicional – pavimentação da principal artéria de comércio e simultaneamente o fechar da rua ao trânsito automóvel, devolvendo-a aos pedestres, bem como estacionamento pago, de forma a garantir uma maior rotatividade e disponibilidade nos locais de estacionamento de acesso à área comercial central. Por outro lado, por parte dos privados, para além das actualizações atrás referidas, algumas iniciativas de animação de rua em épocas de maior consumo (Natal, Carnaval ou Páscoa) tentam dinamizar e atrair cada vez maior número de potenciais clientes ao comércio tradicional e de alguma forma combater a concorrência exercida pelas novas grandes unidades comerciais que se implantaram com sucesso em Portalegre.

Se algumas das modificações que as unidades de comércio tradicional sofreram, foram fruto de pressões induzidas pela procura, outro aspecto que seguramente terá pressionado a sua evolução foi a concorrência que os hipermercados provocaram. Estas unidades, de grande dimensão e com uma lógica de mercado nacional, puseram à disposição da população local produtos e formas de venda não existentes na cidade e as quais só podiam ser adquiridas nos centros urbanos de maior dimensão. Uma vez que implicava deslocações, as populações tendiam a reduzir o consumo desses produtos, numa lógica de racionalidade de custos, cingindo-se à oferta existente no local. Quando a concorrência das grandes superfícies surgiu e pôs à disposição um leque mais vasto de produtos em quantidade e qualidade, permitiu à procura dispensar a oferta do comércio do centro. Para obviar esta situação, os actores privados responsáveis pelo pequeno comércio tentam encontrar um novo caminho que lhes permita suportar a recente concorrência.

O que se tenta demonstrar é que as cidades de pequena e média dimensão também sofrem as pressões sentidas nos grandes centros urbanos, se bem que numa escala reduzida e com impactos de menor dimensão. Porém, se por um lado as transformações que se observam são fruto de pressões e dinâmicas próprias das actividades comerciais, por outro, em centros de menor dimensão, as modificações do lado da procura são mais determinantes na transformação, actualização e desenvolvimento do comércio tradicional.

REFERÊNCIAS

Barata Salgueiro, Teresa (2001). **Lisboa, Periferia e Centralidades**. Oeiras: Celta Editora.

Fortuna, Carlos (2001). **Cidade, Cultura e Globalização**. Oeiras: Celta

Gonçalves, Fernando(1984). **A propósito dos Planos de Urbanização do Estado Novo: projectos urbanísticos ou regulamentos policiais?**. Sociedade e Território, Nº 4, 92-115.

Laranjo Coelho, P.M.(1957). **Uma Data Notável nos Anais de Portalegre. A Nova Cidade - A Nova Diocese, (Séc. XVI)**. Coimbra: Instituto de Educação

Lipovetsky, Gilles (1989). **A Era do Vazio**. Lisboa: Relógio D'Água.

Patrão, José Dias Heitor (2002). **Portalegre, Fundação da Cidade e do Bispado. Levantamento e Progresso da Catedral**. Lisboa: Ed. Colibri

ROGERS, Richard (2001). **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Sotto Maior, Diogo(1984). **Tratado da Cidade de Portalegre**. Lisboa: Co-edição Imprensa Nacional Casa da Moeda – Câmara Municipal de Portalegre.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Araguaia 44, 45, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 57

Astronomia 99, 100, 101, 102, 103, 105, 214, 215, 216, 217, 218, 219

C

Cinema 28, 106, 119, 133, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 229

Comércio 116, 117, 118, 119, 124, 128, 162, 163, 205, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 245, 247, 282

Conservadores 171, 172, 173, 177, 178, 179, 285, 296

D

Democracia 13, 15, 18, 19, 22, 31, 85, 284, 286, 293, 297

Dialética Cultural 183, 189, 190, 191

Ditadura 31, 51, 55, 57, 82, 83, 84, 85, 204, 285, 286, 287, 288, 289, 292, 294, 295, 297

E

Escolas de Samba 284, 286, 287, 290, 291, 293, 297, 298

Estado Transitório 268, 271, 275

F

Família 15, 16, 17, 18, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 49, 54, 55, 108, 121, 125, 144, 162, 184, 195, 198, 202, 217, 218, 245, 247, 250, 251, 302

Ferrovia 33

H

História Cultural 86, 87, 88, 90, 91, 98, 108, 109, 113, 114, 145, 299

História Pública 203, 204, 206, 207, 210, 212, 213

I

Identidade 1, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 22, 25, 26, 29, 30, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 111, 112, 115, 127, 135, 138, 139, 141, 143, 158, 171, 177, 203, 205, 224, 226, 254, 256, 267, 278, 298

Imigrantes Japoneses 243, 244, 245, 248, 249, 251, 252

Indígena Brasileiro 214, 217

M

Memória 44, 114, 115, 149, 150, 156, 158, 203, 243, 254

Memória Aikewara 44

Modernistas 171, 173, 179

Morada Nordestina 58, 66

N

Nacionalismo 23, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 291

O

Organização Curricular 255, 256, 261, 262

P

Pós-Modernidade 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 114, 224

Pós-Neoclássico 268, 271, 275

R

Representação 6, 28, 76, 88, 91, 95, 96, 98, 108, 112, 127, 135, 156, 157, 184, 187, 195, 238, 293

Roger Chartier 86, 87, 88, 90, 91, 97, 98

S

Sociedade Capitalista 13, 14, 15, 21

Sol Nascente 243, 254

T

Teoria Marxiana 13



*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História 2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 